

*Entrevista com Ministro do Ambiente,  
do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional*

*Francisco Nunes Correia*

*Com quality media press para LA VANGUARDIA & Expresso*

*Quality Media Press - Quais as novas medidas que vão ser tomadas sobre a lei da água?*

R. - Primeiro gostaria de fazer uma referência à nossa relação com Espanha, no que diz respeito ao tema dos recursos hídricos. Julgo que por vezes a opinião pública espanhola não se percebe da imensa sensibilidade política e da importância prática que este assunto tem. Basta dizer que dois terços do território português estão em bacias luso-espanholas e que 50% dos recursos hídricos superficiais portugueses são afluentes de Espanha. Portanto é com algum excesso e dramatismo que a opinião pública portuguesa é sensível aquilo que acontece e se faz em Espanha. Portugal e Espanha têm uma história muito positiva e construtiva no funcionamento e no domínio dos rios internacionais. A primeira vez que a atitude e cooperação entre Portugal e Espanha é referida em documento oficiais no fim do século XIX, desde então para cá tem havido sucessivos acordos. O mais recente desses acordos é a Convenção de Albufeira em 1998 e rectificada depois pelos parlamentos em 2001. Este documento reflecte uma abordagem actual e moderna baseando-se no conceito da sustentabilidade. É o melhor acordo feito internacionalmente referente a estas questões. O problema é os aspectos operacionais e aí nem sempre os textos assinados têm correspondido a uma atitude do dia-a-dia. Devo referir que nos últimos tempos tem sido possível construir um ambiente de grande confiança entre Portugal e Espanha. Praticamente todas as questões que se possam colocar no que diz respeito ao aproveitamento dos rios encontram na Convenção de Albufeira um quadro apropriado. Nunca teria sido possível fazer uma barragem onde são inundadas propriedades espanholas senão houvesse um acordo e estruturas adequadas para resolver os problemas. A barragem do Alqueva tem uma importância muito grande para o sul de Portugal e acreditamos que também seja muito importante para Espanha. Recentemente os municípios da zona raiana dirigiram-se ao governo português para pedir a autorização da captação de água para regadio.

*Q. - Para Portugal é necessário uma nova lei da água?*

R. - A nova lei da água nos seus aspectos essenciais transpõe a directiva europeia da água. As ideias centrais baseiam-se numa gestão das bacias hidrográficas, assente em planos de bacia hidrográfica, uma grande atenção dedicada aos problemas ecológicos e à monitorização da qualidade ecológica das águas e uma consideração pelo valor económico da água. A água não

pode ser vista como um bem gratuito, mas sim como um recurso escasso, em que a sua disponibilização e gestão está associada a um custo. Estes são princípios muito importantes da directiva. A lei portuguesa aprovada recentemente transpõe para Portugal estes conceitos e cria novas estruturas para a gestão da água que são as administrações da região hidrográfica.

*Q. - O projecto do TGV tem impactos ambientais, qual a estratégia que se deveria utilizar para minimizar os efeitos ambientais?*

R. - Os estudos ambientais propriamente ditos ainda não começaram no que diz respeito ao TGV. Foi constituída uma comissão entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério do Ambiente para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos. A nossa presença global é que seguramente um empreendimento desta dimensão não poderá deixar de ter importantes impactos ambientais. O papel dos estudos de impacto ambiental, o processo de impactos ambientais não é para impedir o projecto de se realizar, pelo contrário é para que o projecto se possa realizar da melhor forma, minimizando nos limites razoáveis os impactos ambientais. A nossa atitude é construtiva, parte do reconhecimento de que se trata de uma estrutura importante para Portugal. Consideramos que o TGV é uma estrutura importante para o desenvolvimento do país, não só para as grandes cidades, mas também para o interior do país. É interessante porque põem em evidencia os problemas da coesão territorial que hoje tem uma dimensão peninsular, em muitas circunstâncias, aquilo que é benéfico na relação entre Lisboa e Madrid. O TGV é um bom exemplo para o entendimento entre as duas capitais. Pensamos também que o TGV que ligue o Porto à Galiza, embora não tenha o mesmo destaque imediato e o mesmo carácter de urgência é uma infra-estrutura muito importante para contrariar a periferia destes territórios. Mais uma vez a coesão territorial tem de ser vista numa escala peninsular.

*Q. - As políticas actuais de desenvolvimento regional e de cooperação transfronteiriça são as adequadas?*

R. - Portugal não tem governos autonómicos, isso não faz parte da estrutura constitucional, mas tem estruturas muito relevantes para coordenação e desenvolvimento regional. Estas estruturas são deste ministério. Temo-nos empenhado em que as comissões de desenvolvimento regional estabeleçam contactos com os governos autonómicos naquilo que é o seu nível de intervenção. A cooperação entre os dois países a nível regional transfronteiriço não seja prejudicada por essa diferença de estrutura organizativa. As relações da região norte, centro e sul, tem sido relações muito intensas e que tem vindo a aprofundar-se. A importância do desenvolvimento das regiões fronteiriças e procurando estimular relacionamento dessas comissões de desenvolvimento regional. Promovemos no passado dia 13 um encontro em Vila

Viçosa onde estiveram presentes representantes das várias regiões autonómicas e das comissões de coordenação do desenvolvimento português. Este encontro foi benéfico para aprofundar as relações, aprovamos um documento chamado carta de Vila Viçosa onde se definem orientações comuns para a preparação do próximo quadro de referencias estratégico nacional. Uma das conclusões desse encontro é que para além do programa transfronteiriço que todos os países tem que elaborar, é importante que as regiões portuguesas e as espanholas troquem informação e procurem articular os seus investimentos. Os próprios programas que no nosso caso se chamam programas operacionais regionais sejam conhecidos de Espanha e vice-versa, no sentido de procurar complementaridade e não sobreposição.

*Q. - A nível de desenvolvimento urbano, qual as prioridades deste ministério?*

R. - Portugal no terceiro quadro de apoio lançou um programa que pensamos ser pioneiro que deu e continua a dar frutos muito positivos, foi o programa Polis dirigido para a qualificação e valorização ambiental. Este programa está um pouco espalhado por todo o país. Foi dada muita atenção desde o início deste programa às zonas fronteiriças, como Viana do Castelo, Bragança, Braga, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre, entre outras foram objecto de intervenções deste programa. Para o próximo ciclo de fundos comunitários em 2013, temos vindo a reflectir sobre os ensinamentos desse programa e queremos lançar um programa semelhante com mais ambição. O programa Polis neste momento está a ser concluído, vamos lançar um novo Polis. Neste momento temos em vista três linhas de orientação para o novo programa Polis. Em primeiro lugar intervenções em zonas das cidades, intra municipal, por exemplo valorização e requalificação de zonas históricas, intervenções em bairros críticos, onde há habitação degradada e exclusão social. Um segundo tipo de intervenções no sentido de melhorar a relação com a cidade da sua zona envolvente. Compreendemos que hoje as cidades, principalmente as de media dimensão são a porta de entrada de uma região, a vida económica da região estrutura-se em torno destas cidades. Uma terceira dimensão tem haver com conceber o que nós chamamos o sistema urbano nacional, ou seja procurar as especificidade de cada um e acentuar aquilo que chamamos a vantagem competitiva da cidade de forma a que cada cidade procure a sua vocação estratégica de forma a fazer parte de uma rede em que ela por si mesma configure o território nacional. Intervenções dentro da cidade, relações da cidade com o seu envolvente e intervenções dirigidas à rede da cidade, estas são as três linhas que tem vindo a ser elaboradas pelo secretario de estado e que pensamos por em "marcha" a partir de 2007.

*Q. - O que encontrou de positivo ou não na conservação florestal? Que medidas pensam o ministério tomar face à zona florestal?*

R. - A floresta é uma das principais riquezas do país. Julgo que nos últimos anos se tem dado passos importantes na compreensão do que é uma política florestal sustentável. Estas matérias são da responsabilidade do Ministério da Agricultura, portanto não gostaria de aprofundar um tema que não está dentro das minhas responsabilidades. Sob a minha responsabilidade estão as áreas protegidas das quais cerca de metade são em zonas florestais. Aqui sim, dentro das nossas possibilidades praticar uma política sustentável de florestas, sendo que a maior preocupação são os incêndios, que em 2005 tem uma dimensão de uma catástrofe. Pensamos que a única forma verdadeiramente eficaz face a este problema tem haver com encontrar actividades económicas interessadas na limpeza da floresta. A resposta para isto é a recolha da biomassa e a produção de energia em centrais de biomassa especialmente dirigidas para absorver e criar uma procura da massa florestal que leve ao desenvolvimento de uma actividade económica que leve à recolha da biomassa. O Ministério da Economia e da Inovação está muito empenhado no desenvolvimento desse projecto, o meu Ministério do Ambiente tem colaborado com o da Economia na preparação do concurso dessas centrais de energia que ajudarão a dar resposta a esse grave problema.

*Q. - Existe algo que seja relevante dizer sobre a economia ibérica que esteja relacionada com o seu ministério?*

R. - Portugal considera hoje que o relacionamento com Espanha em todos os planos é de grande importância estratégica para Portugal. Estamos todos empenhados na integração europeia. Hoje é claro aos olhos da generalidade dos portugueses que o relacionamento com Espanha é uma parte importante da integração europeia. Todas as matérias ligadas ao ambiente reflectem também essa prioridade, estamos muito empenhados nessa articulação com Espanha. A temática dos recursos hídricos é a que tem mais tradição entre os dois países, mas devo sublinhar que não é a única, temos também por exemplo a conservação da natureza, o trânsito de resíduos. Portugal e Espanha estão empenhados em desenvolver política concertadas a nível europeu. Ainda há pouco tempo estive em Espanha com a Ministra Cristina, onde assinamos uma carta dirigida ao Comissário Europeu do Ambiente e a todos os Ministros da União Europeia solicitando o tema da seca e da escassez da água seja considerada uma área estratégica em termos de ambiente. As políticas de ambiente na Europa têm aquilo que se chama áreas estratégicas. O problema das cheias por influência dos países do norte foi considerado um tema para elaboração de uma estratégia temática, pretendemos que o problema da seca e a escassez da água seja também uma temática estratégica.